



Resumo de Notícias

O Sinttel-ES convoca sindicalizados para a eleição da diretoria



Uma chapa inscrita!

Conforme prevê o Estatuto, publicamos os nomes que compõem a Chapa 1, que concorre à eleição nos dias 27 e 28 de abril

Esses são os/as companheiros/as que se candidatam à diretoria do Sinttel-ES, para a gestão 2016-2020. Eles/as se colocam à disposição da categoria e trabalhar para manter e avançar nas conquistas dos/as trabalhadores/as em empresas de Telecomunicações. Em ordem alfabética.

**Alessandro Mamedi,
Alex Rodrigues Ferreira,
Antônio Carlos Pereira,
Antônio dos Santos Sereno,
Cesar Henrique Rosalem,
Edila Maria Zanon,
Ilmo Soares,
Magno Olson da Silva,
Marcelo da Silva Gomes,
Marco Antônio Provedel,
Maria Luiza Kirmse da Silva,
Melissa Vescovi Azevedo,
Nilson Hoffmann,**

**Raquel de Souza Pessanha,
Reginaldo Domingos Biluca de Lima,
Rita de Cássia da Silva Dalmásio,
Roberto Matos,
Roberto Souza dos Santos,
Sílvia dos Santos Ferreira Capistrano,
Vanderlei Rodrigues da Vitória,
Watson Roberto Reis da Silva.**

**Eleição:
27 e 28
de abril**

Conforme prevê o estatuto do Sinttel, para eleger a nova direção, é preciso que 50% +1 ou a metade + um dos associados - em condições de votar - participe da eleição. Mesmo com apenas uma chapa concorrendo é preciso que esse quórum seja alcançado.

Por isso e pelos motivos políticos e econômicos que envolvem a eleição do Sinttel, todo associado deve votar nos dias 27 e 28 de abril.





Resumo de Notícias

Votar é um direito e fortalece a organização dos trabalhadores!

Eleger a nova direção do Sinttel é importante, pois é o Sindicato que negocia os salários, os reajustes nos benefícios como os auxílios alimentação (tíquete) e creche, planos de saúde, PPR, PLR, entre outros.

Ser eleito com um voto, ou com mil, faz diferença?

Muita. Principalmente no seu sindicato. Imagina o seu patrão sabendo que a direção do Sinttel obteve 90% dos votos da categoria? Ele vai saber que o Sindicato tem o respeito e respaldo da categoria. E o Sindicato também ganha energia e força contra as estratégias das empresas em **NÃO QUERER** aumentar salários e benefícios. Então, bora votar nos dias 27 e 28 de abril.



Aposentados/as e trabalhadores/as em municípios distantes votam por correspondência

O Sinttel está encaminhando o material de votação pelos Correios para mais de 500 associados/as que trabalham em municípios distantes. O Sindicato pede a máxima atenção para as orientações que seguem dentro do Kit Eleitoral.

O Sinttel levará a urna até você

Organizar uma eleição dá muito trabalho e o sindicato tem várias despesas, como imprimir as cédulas, enviá-las pelos correios, recrutar pessoas, pois cada uma das dezenas de urnas tem três mesários. E em todas acompanha uma cabine e uma lista dos votantes. São inúmeras cópias xerox, alimentação, combustível, enfim, despesas necessárias.

Além disso, conta com a colaboração de outros sindicatos que cedem carros e motoristas, companheiros que, solidariamente, se unem para que o processo ocorra sem transtornos.

As urnas

As urnas serão distribuídas em vários lugares para não deixar de fora do processo eleitoral nenhum associado que tenha condições de votar.

Vamos informar, pelo site, Facebook e boletins os locais de votação para que todos/as possam participar.





Resumo de Notícias

05/042016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – O tiroteio do novo modelo

As declarações dos representantes do Grupo de Trabalho que proporá as bases para um novo modelo de prestação de serviços em telecomunicações no Brasil provocaram um verdadeiro tiroteio entre eles.

Integrado pelo Ministério das Comunicações, Anatel e Legislativo, o GT está dividido entre vários pontos de vista. A proposta da Anatel, de manter o regime público para pontos específicos do território nacional convivendo com autorizações para o restante do país, foi recentemente emendada para a criação de um denominado “Serviço Convergente”, ainda sem grandes esclarecimentos e discussões.

No Ministério das Comunicações, por sua vez, a ideia é substituir os regimes público e privado na prestação de serviços por uma “autorização com mais obrigações”. Já o Legislativo cria requisitos mais restritivos para que um serviço seja considerado em regime público. Como se sabe, um serviço em regime público é o que tem estabelecidas metas de universalização, modicidade tarifária, continuidade do serviço e institui bens reversíveis à União ao final do contrato de concessão. Obrigações estas que não vêm sendo cumpridas para o único serviço em regime público que temos, a telefonia fixa.

Todas as iniciativas acima partem do princípio de dar uma flexibilidade regulatória para os prestadores de serviço. Ora, uma maior liberdade na legislação de serviços poderia até ser considerada se o cenário das telecomunicações nacionais estivesse com resultados adequados em seus principais indicadores, o que não é o caso. Senão, vejamos:

. o Brasil está em 61º lugar em índice de recursos de TICs e em 68º em uma cesta de tarifas, de acordo com o Relatório da União Internacional de Telecomunicações (UIT);

. ocupa o 84º lugar em disponibilidade de conexões de rede, segundo o Relatório do World Economic Forum (WEF) e o 93º lugar em média de velocidade de internet (Relatório da Consultoria Akamai);

. a balança comercial de eletroeletrônicos tem registrado seguidos déficits anuais, totalizando cerca de 30 bilhões de dólares (Relatório da Abinee);

. não tem atingido índices de qualidade nos diversos serviços (Relatório 2015 da Anatel, recém divulgado).

O Instituto Telecom entende que as modificações na atual legislação das telecomunicações devem ser amplamente colocadas em discussão pelo Minicom e Anatel, envolvendo os diversos segmentos da sociedade por meio de audiências e consultas públicas. Esses mecanismos de participação é que vão, efetivamente, atender aos interesses dos usuários, diminuindo as desigualdades de atendimento e melhorando a qualidade dos serviços que venham a ser disponibilizados.

O Instituto Telecom defende que a banda larga, dada à sua essencialidade determinada pelo Marco Civil da Internet, deve ser prestada em regime público, como determina a LGT, de forma a dar maiores possibilidades de controle de sua qualidade, universalidade, modicidade tarifária e continuidade por parte do agente regulador e fiscalizador, proporcionando uma melhora nos seus índices de atendimento.



Resumo de Notícias

06/04/2016 - Telesíntese

UIT estima que mercado global de Telecom será de US\$ 1,8 trilhão em 2019

Conforme a União Internacional de Telecomunicações, em 2019 o mercado de serviço de telecom do globo atingirá US\$ 1,8 trilhão. Mas o fosso entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento da sociedade da informação não irá se estreitar. Os mercados desenvolvidos da Europa e Ásia continuarão a concentrar 79% das conexões da banda larga fixa e 64% da móvel.



A União Internacional de Telecomunicações (ITU) publica hoje, 5, o seu estudo "The annual Trends in Telecommunication Reform", que traz um diálogo com os reguladores de todo o mundo sobre a convergência digital. Conforme a entidade, em 2019, o mercado de serviços de telecom estará valendo US\$ 1,8 trilhão, contra US\$ 1,68 trilhão de 2014.

Mas o fosso digital entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento continuará grande. Por exemplo, apenas 19% da população da terá um celular com acesso à banda larga África ou 23% dos usuários na região da Ásia/Pacífico. A penetração da banda larga fixa é ainda menor: de apenas 7,7% na Ásia-Pacífico

ou de 0,4% na África.

Mas a UIT acredita que a elevação da renda per capita em países como China, Índia e Brasil poderá ampliar a penetração da banda larga nos indicadores gerais e estimular os investimentos em LTE.

LTE – A

Conforme o estudo, não há, porém, nenhuma operadora com intenção de construir ou lançar a LTE – A (Long Term Evolution Advanced) na região da América Latina, neste ano, enquanto que 40 empresas já anunciaram o overlay de suas redes de celular para velocidades mais rápidas. Dessas 40 operadoras, 35 estão em países desenvolvidos.

Fibra óptica

Os investimentos na rede fixa de fibra serão feitos mas irão variar, aposta a entidade, tanto para levar a a fibra até a casa ou para diferentes "premissas", seja ao quarteirão, seja ao armário. Serão investidos US\$ 144,2 bilhões no período de 2014 a 2019 nessas redes, dos quais US\$ 55,1 bilhões nos países em desenvolvimento, prevê a entidade.

Na telefonia celular, a UIT não divulga os valores a serem investidos, mas aponta que a penetração da banda larga móvel nos países em desenvolvimento é ainda pequena, de apenas 21%, embora já existam 308 operadoras lançando a tecnologia LTE que está crescendo duas vezes mais rápida do que nos países desenvolvidos.

05/04/2016 - CUT

Juizes do Trabalho pela democracia e direitos trabalhistas

Em manifesto, magistrados apontam que momento é delicado para Constituição de 1988

Os juizes do trabalho, abaixo assinados, percebem a necessidade de se posicionarem publicamente sobre o risco que o momento político traz para os direitos trabalhistas e para a própria Justiça do Trabalho, enquanto instituição responsável pela aplicação desses direitos.

Os direitos trabalhistas, afinal, sempre estiveram no centro das crises políticas do país, embora essa realidade nem sempre se tenha apresentado enquanto tal. A lógica de se buscar um equilíbrio para situações de crise política por meio da supressão de direitos e contenção da organização dos trabalhadores ocorreu em vários momentos da história brasileira, destacando-se o que se passou nas ditaduras de 1937 e de 1964 e de forma mais sutil na época de introdução do período neoliberal, de 1989 a 2001.

Neste último período, verificou-se um autêntico processo de “depuração” liberal da Carta de 1988, com o qual se tentou extirpar o conteúdo social da Constituição, notadamente no que se refere à eficácia e o alcance dos direitos trabalhistas.

Essa reação aos avanços trabalhistas contidos na Constituição de 1988 se fez, sobretudo, com auxílio doutrinário e judicial. Essas forças atuaram fortemente no sentido da negação do direito de greve e para au-



torizar a utilização em larga escala da técnica de terceirização.

Emblemáticos neste sentido o advento, em 1993, do Enunciado 331 do TST, e a repressão institucional à greve dos petroleiros de 1995.

Destaque-se, também, a atuação do Poder Executivo, na criação, em 1995, do MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado,

que desenvolve a ideia de subsidiariedade do Estado e impulsiona o recurso à terceirização no serviço público.

É dentro desse contexto de destruição das bases jurídicas e políticas da ordem social, que foi apresentada, em 1999, proposta de Emenda à PEC n. 96/92 (Reforma do Judiciário), visando a extinção da Justiça do Trabalho e, em 2001, o Poder Executivo apresenta projeto de lei, em regime de urgência, para institucionalizar o negociado sobre o legislado, que, de fato, significava o fim do Direito do Trabalho.

A partir de 2002, no entanto, um forte movimento de resistência dos profissionais do Direito do Trabalho impediu que esses objetivos se concretizassem e como efeito dessa reação, inclusive, a Reforma do Judiciário foi concluída, em 2004, com a ampliação da competência da Justiça do Trabalho.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/juizes-do-trabalho-pela-democracia-e-direitos-trabalhistas-8d59/>



Resumo de Notícias

03/04/2016 - Rede Brasil Atual

Viúvas da migração: esposas de vítimas do trabalho escravo cuidam sozinhas dos filhos

Em Codó, um dos municípios brasileiros de onde mais migram trabalhadores que serão vítimas de trabalho escravo, esposas cuidam sozinhas de seus filhos, que ficam meses ou anos sem ver o pai

A pobreza extrema e falta de perspectiva de empregos em Codó, um município com 118 mil habitantes no Maranhão, leva semanalmente dezenas de trabalhadores a deixar suas casas e cruzar o país em busca de trabalho. Quem fica são as mulheres – esposas e irmãs dos migrantes –, que cuidam sozinhas, por meses ou anos, dos filhos que ficam para trás. Como o dinheiro enviado pelos homens para casa é pouco, o principal meio de sobrevivência destas famílias é o Bolsa Família, que alcança dois terços das 27 mil famílias do município.

"Um dia tem só arroz, outro dia não tem nada pra comer. A vida aqui é dura demais", lamenta Andreia Pires da Conceição, que vive em uma pequena casa na periferia de Codó. O pai de cinco dos seus seis filhos mudou-se para São Paulo em busca de emprego e acabou ficando. Depois que o casal se separou, ele só entra em contato por telefone e não envia dinheiro para os filhos.

Na casa de Andreia, hoje, são 17 pessoas que compartilham o espaço de seis cômodos e dependem do Bolsa Família que ela, sua cunhada e sua mãe recebem por manter as crianças na escola. Além da frequência escolar, a renda mensal também é critério no programa federal e não pode ultrapassar os R\$154 por pessoa da família.

Além do Bolsa Família e do arroz plantado pelo pai de Andreia, a renda em casa é complementada pelo que dois dos três irmãos de Andreia, que estão no interior do Mato Grosso, conseguem mandar. Eles trabalham descarregando caminhões de soja, em jornada exaustiva que começa ao meio-dia e às vezes termina só depois das 23h, segundo contam à mãe, Tereza, de 57 anos.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/04/viuvadasmigracao-esposas-de-vitimas-do-trabalho-escravo-cuidam-sozinhas-dos-filhos-2889.html>

05/04/2016 - Vermelho

Impeachment seria desastroso para economia, dizem especialistas

As discussões sobre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff se aprofundam na Câmara nesta semana, mas seus desdobramentos na economia serão desastrosos, caso seja aprovado. Essa é a opinião de economistas ouvidos pela Rede Brasil Atual, que questionam a legitimidade de um processo que não aponta para a unificação da opinião pública, mas, pelo contrário, mantém a divisão política que já existe e que tem sido combustível de tensões entre segmentos conservadores e progressistas da sociedade.

Na hipótese de um eventual governo do vice-presidente Michel Temer, haveria ainda mais insatisfação

popular, acredita o professor de economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Guilherme Mello. "Sem legitimidade, Temer seria questionado do ponto de vista judicial, político, ético, moral, e ainda com uma reação forte e esperada dos movimentos sociais, sindicatos, em meio a mobilizações. É um cenário de instabilidade porque é um governo tampão, provisório, que já nasce com baixíssima popularidade, já nasce questionado, e com incapacidade de apontar um caminho", afirma Mello.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/278812-2>